

## COLETIVO LGBT SEM TERRA: TERRITORIALIDADE DOS SUJEITOS LGBT NO MST

Paula Junqueira Braga do Carmo Fontanha  
*Licencianda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense*  
*paulajbcf@id.uff.br*

Erika Vanessa Moreira Santos  
*Professora adjunta III da Universidade Federal Fluminense e do Programa de*  
*Pós-Graduação em Geografia UFF/Campos.*  
*erikamoreira@id.uff.br*

*Simpósio Temático nº 25 – Movimentos Sociais Lgbtqia+: Estratégias De Efetivação De*  
*Direitos E Construção De Políticas Pública*

### RESUMO

Frente ao contexto de ascensão ao conservadorismo no Brasil marcado pela lógica capitalista-patriarcal há a depreciação do debate da diversidade sexual e de gênero, entretanto, a conjuntura política fundamenta a necessidade de debater tais relações questionando a produção e a reprodução social de sujeitos dissidentes à ordem patriarcal. Neste enquadramento, busca-se entender a representação da diversidade sexual e de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio da construção do Coletivo LGBT Sem Terra do MST, oficializado em 2015. O debate sobre diversidade sexual e de gênero visa compreender a pluralidade de sujeitos desenvolvendo a luta antipatriarcal, anticapital e anti LGBTfobia. O objetivo do trabalho é compreender, por meio do Coletivo, a construção das territorialidades e da identidade LGBT no MST. Para a consecução da pesquisa foram realizados o levantamento bibliográfico sobre gênero, sexualidade, território e territorialidade, a aplicação de entrevistas com a adoção do método bola de neve com integrantes do Coletivo no Rio de Janeiro e o levantamento de dados secundários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Banco de Dados da Luta pela Terra e o Grupo Gay da Bahia. A pesquisa, em fase de desenvolvimento, retrata o direito à terra por meio do estudo da diversidade sexual materializada em corpos LGBT. Nesse contexto, a partir da realização das entrevistas, pode-se entender sobre a vivência LGBT no MST e do Coletivo enquanto expressão da territorialidade e da diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Gênero, Sexualidade, Território, Diversidade, MST.

## ABSTRACT

Due to the context of conservatism's rise in Brazil, marked by the capitalist-patriarchal logic, occurs the depreciation of the gender and sexual diversity. However, the political conjuncture substantiates the necessity to debate these relationships, questioning the social production and reproduction of dissident subjects regarding to the patriarchal order. In this frame, we look for comprehend the sexual and gender diversity representation on Landless Rural Workers Movement (MST), through the construction of the collective "Landless LGBT of the MST Movement", oficialized in 2015. The social and gender diversity debate aims to comprehend the plurality of subjects, developing the antipatriarchal, anticapitalist and anti-LGBTphobia fight. We look for comprehend, through the collective, the construction of the territorialities and LGBT identities on "MST" Movement. On the methodological scope, this research grounds itself at the bibliographic survey about gender, sexuality, territory and territoriality, interview appliance - adopting the "snowball" method with the collective members - and the secondary data survey beside the Brazilian Geographic and Statistic Institute (IBGE), Applied Economic Research Institute (IPEA), Land Struggle Database and the Bahia's Gay Group. The research, in its development fase, works with the analysis of the Land Rights through study of the sexual diversity, materialized on the LGBT bodies. In this context, through the interview realization, we can understand the LGBT living on the "MST" Movement and on the Collective while territoliality and sexual diversity expression.

**Keywords:** Gender, Sexuality, Territory, Diversity, MST.

## INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) segundo Fernandes (2005; 2012) é entendido enquanto um movimento socioterritorial, político e social dotado de características que englobam transformações sociais, como a luta pela terra, por Reforma Agrária Popular e, com a oficialização do Coletivo LGBT Sem Terra, em 2015, incluiu a pauta da diversidade sexual e de gênero no movimento compreendo a diversidade de sujeitos Sem Terra. Trata-se de um movimento espacializado no território brasileiro com atuação em todas regiões do país cuja organização interna ocorre a partir de setores, coletivos e frentes de luta (MST, 2021). A partir disso, busca-se compreender como ocorre a construção da identidade LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), com ênfase na mulher lésbica, no MST, considerando o momento de ascensão ao conservadorismo acentuado pela lógica capitalista-patriarcal.

O presente trabalho é fruto do desenvolvimento de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso em Geografia, em fase de andamento, que versa discutir o Coletivo LGBT Sem Terra Rio de Janeiro enquanto expressão da formação identitária de sujeitos LGBT no MST. A abordagem sobre gênero e sexualidade consiste na relação à luta pela terra e o direito pela vida, incluindo os sujeitos LGBT, pois, ao entender tal relação, situa-se sobre a relação de invisibilidade e visibilidade sob um estudo interseccional compreendendo diversidade sexual e de gênero com os processos de territorialização, territorialidade, microterritórios e lesbofobia, entendendo, assim, relações opressoras e desiguais expressas socialmente e territorialmente.

À vista da compreensão sobre gênero e sexualidade no MST, foram utilizados como referências importantes Mariano; Paz (2018), Saffioti (2015) e Saquet (2007, 2019) com a finalidade de compreender a territorialidade da mulher lésbica enquanto agente social (re)existente no MST através da formação do Coletivo LGBT Sem Terra, além de identificar e compreender os microterritórios LGBT no MST e a lesbofobia enquanto prática de invisibilidade social.

No âmbito metodológico, buscou-se realizar a fundamentação teórica baseada no levantamento bibliográfico sobre gênero, sexualidade, território, microterritórios e territorialidade, realização e análise qualitativa de entrevistas realizadas com integrantes do Coletivo LGBT Sem Terra - Rio de Janeiro, por meio da técnica bola de neve e, por fim, o levantamento e a análise de dados secundários com aporte do *Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil* através dos dados coletados do estudo “Lesbocídio - As histórias que ninguém conta”, além de estudos desenvolvidos pela Ong Todxs.

O trabalho encontra-se organizado em duas seções, além desta nota introdutória e das considerações finais. A primeira seção traz uma abordagem sobre a contextualização do MST e do Coletivo LGBT Sem Terra com relação aos conceitos de território, microterritórios e territorialidade. Na segunda parte são apontados os dados referente às entrevistas e a análise de dados secundários à luz da base teórica. Por fim, mas não menos importante, tem-se as considerações finais que apontam o papel do Coletivo LGBT Sem Terra para a visibilidade LGBT para a construção do debate sobre diversidade sexual e de gênero a fim de assegurar a existência de sujeitos LGBT Sem Terra.

## **"O sangue LGBT também é sangue Sem Terra": a emergência do Coletivo LGBT Sem Terra na luta por transformações socioterritoriais**

O MST tem como marco em sua formação a década de 1980, decorrente das marcas da ditadura militar. Segundo Bogo; Bogo (2019) o período ditatorial entre 1964 e 1985, acentuou a necessidade da luta por direitos básicos. O Movimento surge, então, organizado como um sujeito coletivo no cenário nacional de luta pela terra enfrentando o avanço do capital marcado pelos latifúndios. Frente ao contexto ultraconservador experienciado na ditadura, a oficialização do Movimento ocorreu em 1984, entretanto, a integração da luta feminina pela terra veio, após onze anos, em 1995, com a alteração dos objetivos gerais incluindo a pauta de combate discriminatório social e a busca por participação feminina igualitária (FERNANDES, 2012).

Saquet (2019) compreende o território enquanto uma categoria pluridimensional que se relaciona à luta e as diferentes formas de resistência compreendendo a produção de microterritórios e a criação de territorialidades através de relações considerando a diversidade de sujeitos sociais. Nesse sentido, a partir da luta pela terra do MST, frente ao processo de conquista territorial, ressalta-se a capacidade de compreensão dos sujeitos Sem Terra, pois, acredita-se que "a vitalidade do MST vem, fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das(os) Sem Terra" (MARIANO; PAZ, 2018, p. 291).

O MST busca um projeto de sociedade livre e justa, no entanto, a visão de mundo desenvolvida pelo capitalismo molda o comportamento social para garantir a manutenção da vigência do sistema, com isso, sujeitos que desafiem os padrões de comportamento social são invisibilizados (MST, 2018). A presença de LGBT no MST antecede a organização do Coletivo, afinal, a negação não anula a existência. Contudo, a organização LGBT Sem Terra se iniciou em 2013 com o encontro das bandeiras LGBT e Sem Terra, em Brasília, contra a homofobia. Em 2014, ressaltam-se os espaços de formação de base sobre diversidade sexual e de gênero, incluindo a ampliação da pauta para sujeitos Sem Terra não LGBT. Em 2015, há o marco da formação do Coletivo LGBT Sem Terra através do primeiro seminário oficial sobre a temática: "O MST e a

Diversidade Sexual”, na Escola Nacional Florestan Fernandes, culminando na visibilidade de sujeitos LGBT no MST enquanto militantes organizados livres para expressarem sua identidade. (MST, 2018)

Os sujeitos LGBT de nosso Movimento estão nos assentamentos, nos acampamentos, nas trincheiras lutando pela Reforma Agrária Popular, pela transformação social e não podemos mais aceitar que tenham que esconder quem são para serem aceitos em nossa organização. O sangue LGBT também é sangue sem terra (MST, 2018, p. 7).

A partir da formação do Coletivo LGBT Sem Terra, há o avanço do debate da diversidade sexual e de gênero nos demais setores do Movimento, pois, a luta contra LGBTfobia é indissociável da luta contra as opressões patriarcais, capitalistas e racistas. Ressalta-se, nesse ponto, a urgência de visibilidade aos LGBT Sem Terra, sendo conquistada por meio do Coletivo, pois, considerando o propósito de invisibilidade as expressões sociais contra hegemônicas - sujeitos LGBT - aponta-se a exclusão de dados sobre a homossexualidade marcados pelos próprios sujeitos do campo, reprodutores, por vez, do sistema patriarcado. Desse modo, como a falta de dados e trabalhos sobre sexualidade no campo é um fato, são nos próprios cursos e encontros de sujeitos LGBT que são coletadas as informações, buscando a compreensão das contradições acerca dos movimentos populares e sujeitos do campo (MARIANO; PAZ, 2018).

O MST é um movimento popular que organiza sujeitos expostos a grandes contradições da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Vive constantemente a tensão entre a reprodução dessas contradições e a busca por superá-las. (...) Percebemos que antes da alteração das normas gerais do MST em 2016, não havia uma linha política clara sobre a forma de tratar a orientação sexual e a identidade de gênero na organização (MARIANO; PAZ, 2018, p. 294).

Nesse sentido, entende-se a construção do Coletivo LGBT Sem Terra enquanto a expressão das territorialidades LGBT no MST e, também, um espaço viabilizador da construção de microterritórios, compreendendo tal formação através da relação do Coletivo com demais setores do MST, sendo então, sujeitos LGBT parte integrante do Movimento e não mais sujeitos invisibilizados, não reconhecidos ou excluídos por serem quem são.

## **“MST, a luta é pra valer”:** a necessária resistência ao patriarcado

O poder é inerente às relações sociais segundo Saffioti (2015). O patriarcado é uma forma de poder controladora da sexualidade feminina a fim de monitorar a manutenção da liberdade da mulher e demais expressões sociais contrárias a tal ordem. Essa lógica, em conformidade com Saffioti (2015), constrói a ideia de masculino e feminino, nesse sentido, não há sociedade sem gênero. Reforça-se o gênero enquanto produto do patriarcado, logo, a violência de gênero é derivada de uma organização social que privilegia o masculino. Entende-se, nesse ponto, a importância do debate da diversidade sexual e de gênero, considerando também o combate a LGBTfobia, desenvolvida pelo Coletivo LGBT Sem Terra no espaço rural.

Com a finalidade de entender a realidade dos sujeitos LGBT como resistência frente a ordem patriarcal constatou-se a falta de dados sobre a população LGBT em uma escala nacional por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa ausência de dados é decorrente da não realização do estudo demográfico do perfil referente à diversidade sexual no Brasil. Essa falta de dados leva a ausência de políticas públicas no campo da segurança, da educação, da saúde e da moradia para uma população não reconhecida oficialmente.

Nesse sentido, a ONG TODXS, através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+, aponta que a maioria da população reside na região sudeste, ou seja, 42,68% do total. Também é apresentada uma análise do Lesbocídio - As histórias que ninguém conta - ao trazer o estudo sobre o assassinato de mulheres lésbicas por região, onde foi constatada que a região sudeste representa o maior aumento em relação as demais regiões do Brasil, ao se comparar dados de 2014, em que não haviam registros de lesbocídio no sudeste, com o ano de 2017, o aumento foi de 37%, sendo então, a região mais violenta em relação a segurança de mulheres lésbicas. Com o fito de ilustrar a percepção sobre tal realidade, recorreu-se a entrevista com uma integrante lésbica do Coletivo LGBT Sem Terra.

O movimento é espelho da própria sociedade né, o que a gente tem aí são pessoas que não estão fora da sociedade, então a gente ainda tem o patriarcado muito forte, a gente ainda tem muito machismo, ainda tem muita LGBTfobia (...) com muito preconceito especialmente nos acampamentos,

nos assentamentos, porque não é nada diferente de dentro da sociedade (Integrante do Coletivo LGBT Sem Terra - RJ).

Nesse cenário, o respeito é um ponto fundamental da constituição da vida em sociedade, entretanto, o patriarcado é uma forma de poder que atravessa todas as instâncias sociais, e fica como questionamento como enfrentar o sexismo e a LGBTfobia, além da sociedade brasileira, mas também no próprio MST?

Desse modo, o Coletivo LGBT Sem Terra, acredita que através da atuação enquanto Coletivo o avanço do debate sobre diversidade sexual e de gênero será dissipado nos Setores do MST, articulando a luta comum ao propósito de transformação social. A territorialização por meio da conquista de espaços é um marco fundamental para a produção de microterritórios LGBT. Pode-se compreender tal fato através da entrevista realizada com um homem, gay, integrante do Coletivo LGBT Sem Terra:

Aqui no estado do Rio de Janeiro a gente já teve atividade da gente colocar uma bandeira, a bandeira do arco íris, no qual a gente se sente representado, isso bem no início da nossa auto organicidade, da gente ir numa reunião e voltar e a bandeira num tá mais lá, sabe? Então a gente sentia que (...) a gente ainda *tava* sofrendo uma opressão dentro do próprio MST e com o passar dos anos, a gente se colocando, a gente vê militante, muito antigo, que tinha o pensamento conservador abraçando essa causa. (Integrante do Coletivo LGBT Sem Terra - RJ).

Através do trecho apresentado, pode-se compreender o processo de formação de microterritórios no interior do Movimento, sendo expressado através da conquista de espaços no interior do Movimento. De acordo com Saquet (2007, p. 66) "o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaços, a partir de diferentes atividades cotidianas", ou seja, através de espaços de formação no interior do Movimento desenvolvidos pelo Coletivo, os microterritórios são formados para assegurar o debate da pauta LGBT pelo direito à vida de sujeitos.

A violência está, infelizmente, no campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da análise da CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, no ano de 2020, apontar que 15.718 famílias foram ameaçadas de despejo, 159 pessoas ameaçadas de morte, 35 sofreram tentativas de assassinatos e 18 foram assassinadas, confirmando que a violência, infelizmente, está presente no espaço rural brasileiro. No âmbito do campo,

referente ao Número de Ocupações de Terra e Retomadas, o DATALUTA aponta uma expressiva diminuição, sob análise de 2015 em que foi marcado por 210 famílias ocupando terras ou retomando para suas terras, e em 2019 a marca foi de 43 famílias, o que mantém a população Sem Terra mais vulnerável a violência.

Na ótica da sexualidade, o Grupo Gay da Bahia (GGB) aponta ainda o registro de mortes documentadas de sujeitos LGBT no Brasil, em que no ano de 2017 foi marcado por 445 mortes.

Além disso, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a violência aos corpos LGBT é um fenômeno histórico, em que no ano de 2012 foram 3.031 denúncias de violência contra esta população. Diante a tal realidade, o Dossiê sobre Lesbocídio - As histórias que ninguém conta - aponta ainda um aumento 56% para 69%, considerando 2014 a 2019, referente ao assassinato de mulheres lésbicas em um comparativo do interior para capital. No âmbito do gênero, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sob análise do ano de 2019, foram constatados 9.357 casos de violência sexual pelo menos uma vez na vida, sendo 7.489 referente ao público feminino. Sendo a violência contra mulher e no campo um fato na realidade brasileira, faz-se urgente o fortalecimento do Coletivo, enquanto grupo, a fim de minimizar a extrema violência a corpos (L)GBT, que além de serem marcados pelo gênero, também são excluídos pela sexualidade.

Elucida-se, ainda, a contribuição de uma terceira entrevistada, uma mulher bissexual, também integrante do Coletivo:

Processo de auto-organização de LGBT's no interior do movimento para que a gente se fortaleça enquanto sujeito e construa essa identidade de LGBT's que são também militantes e produzem a luta pela terra no Brasil, de entender essa relação de que a luta pela terra também é a luta LGBT (Integrante do Coletivo LGBT Sem Terra - RJ).

Dessa forma, ao apontar sobre a identidade LGBT em relação ao fortalecimento da diversidade sexual frente a organização dos integrantes, entende-se esse processo como instrumento de construção das territorialidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e demais expressões da diversidade sexual. Nessa ótica, a identidade LGBT Sem Terra é indissociável da identidade Sem Terra, visto que para as



entrevistadas e os entrevistados, o reconhecimento do sujeito LGBT no campo é uma forma de resistência que perpassa a junção de forças comuns contra o mesmo inimigo: o sistema capitalista-racista-patriarcal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, constatou-se que o Coletivo LGBT Sem Terra possibilitou o debate sobre diversidade sexual e de gênero no MST, além de ser entendido como enquanto um microterritório necessário ao enfrentamento da LGBTfobia no Movimento. Ao compreender o Coletivo enquanto microterritório, as territorialidades dos sujeitos LGBT Sem Terra são construídas como formas de resistência para uma transformação social anticapitalista, antipatriarcal, antiracista e anti LGBTfóbica.

Nesse sentido, a atuação do Coletivo LGBT Sem Terra através da formação de base, de expressões sócio-culturais representativas da diversidade sexual e de gênero no interior do Movimento e da criação de mais espaços representativos busca trazer a representatividade contra-hegemônica. Desse modo, através de ações conjuntas entre o Coletivo e o Movimento, sujeitos LGBT passam a ser visibilizados e reconhecidos enquanto militantes Sem Terra.

Este tema é de suma importância para reflexões sobre pluralidade sexual e de gênero, a fim de combater, além da realidade violenta do campo brasileiro, a violência contra sujeitos LBGT, historicamente marcadas pela invisibilidade.

## REFERÊNCIAS

BOGO, A.; BOGO, M. N. R. DE A. Processos Formativos do MST: Desafios e Limites Históricos. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 85-110, 4 jul. 2019.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Violência Contra a Ocupação e a Posse (2020)**. Goiás, 2020.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Violência Contra a Pessoa (2020)**. Goiás, 2020.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tentativas de Assassinato (2020)**.

Goiás, 2020.

FERNANDES, Bernardo M. A Territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, n. 1, p. 2-44, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, ano 8, n. 6, 2006.

DATALUTA. **Relatório**. Coordenação Sobreiro Filho, J. Girardi, E. P. - no. 21 (2020). – Presidente Prudente: NERA, 2020

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. — São Paulo: FBSP, 2021.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteamos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p 289- 313.

MST. **Diversidade Sexual no MST, elementos para o debate**. Caderno de Formação nº 05, 2 ed. – Setor de Gênero. São Paulo, 2018.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2021.

OBSERVATÓRIO DE MORTES DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL - 2020. **Relatório**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional de SAÚDE 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8076#/n1/all/v/11478/p/all/c2/all/c1/all/d/v11478%200/l/v,p+c2,t+c1/resultado>>

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular;

Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com pessoas. **AGEI - Geotema**, 2019.

TODXS. **Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+**: identidade e perfil sociodemográfico. São Paulo, 2020. Disponível em:[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao\\_diversidade/cartilhas/Pesquisa%20Nacional%20Por%20Amostra%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTI%2B.2020.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/Pesquisa%20Nacional%20Por%20Amostra%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTI%2B.2020.pdf). Acesso em: 15 de nov. 2021..